



**ANAIS DA JINTEG- JORNADA INTEGRADA DO CURSO DE DIREITO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO-FAG
DE 15 A 19 DE AGOSTO DE 2016
CASCAVEL - PR - BRASIL**

**OS GOVERNOS QUE ANTECEDERAM E OS FATOS QUE INDUZIRAM AO GOLPE DE
1964 COMO FORMA DE ENTENDER SUA FALTA DE LEGITIMIDADE**

BONORA, Daniel Keller.¹
BOEIRA, Adriana da Silva.²
OLIVEIRA, Lucas Paulo Orlando de.³

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a pretensão de legitimidade do regime militar, que oficialmente teve início em 1º de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985, e dedicou especial cautela a legitimar sua forma de governo autoritária. Para tanto, analisará os fatores que antecederam a tomada do poder, assim como os grupos que apoiaram e se fizeram fundamentais para seu sucesso em 64.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, Golpe de 64, Militares, Democracia, Legitimidade.

1 INTRODUÇÃO

Certamente, no que tange a história do Brasil e mais especificamente a história do direito brasileiro e suas formas de governo ao longo dos anos, a ditadura militar é de longe um dos temas mais polemicamente discutidos pelos estudiosos e universidades, uma vez que, ela se apresenta como uma fuga histórica da democracia do país, sendo alvo de críticas majoritariamente negativas e, contudo, por vezes positivas.

O regime militar que oficialmente teve início em 1º de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985, dedicou especial cautela a legitimar sua forma de governo autoritária. Este fato, de sua especial preocupação com a legitimação do poder, é um dos grandes fatores causadores da polêmica sobre a legitimidade ou ilegitimidade do regime, tendo em vista que os críticos positivos de tal possuem grande margem exploratória para suas teses de defesa.

Acredita-se largamente que à busca de respostas quanto a legitimidade ou ilegitimidade do regime ditatorial imposto em 1964 pelos militares encontrará terreno fértil nas ações que antecederam a revolução, ou seja, o contexto histórico à de levar-nos a uma resposta clara e objetiva não deixando a margem de contestações encontrada quando se busca tais respostas no decorrer do regime, uma vez que,

¹ Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário - FAG..Email: daniel.bonora08@hotmail.com

² Docente orientador do curso de direito do Centro Universitário - FAG .Email: lucasoliveira@fag.edu.br

³ Docente orientador do curso de direito do Centro Universitário - FAG .Email: adri_boeira@hotmail.com



**ANAIIS DA JINTEG- JORNADA INTEGRADA DO CURSO DE DIREITO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO-FAG
DE 15 A 19 DE AGOSTO DE 2016
CASCAVEL - PR - BRASIL**

como já fundamentado acima os governantes da época tomaram excepcional cuidado ao manter as aparências afim de legitimar o regime.

A presente pesquisa buscará, portanto, demonstrar quais grupos se envolveram direta e indiretamente com a idealização e execução do golpe de 1964 e assim buscar justificar porque, o que muitos chamam de revolução, foi a na verdade um golpe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A QUEDA DE VARGAS E O GOVERNOS DE JUSCELINO

Os militares, via de regra, eram a favor da democracia, salvo em dois casos específicos: preservar a ordem interna e combater o comunismo. Dois temas que se encontravam ligados, pois o comunismo representava um inversão total da ordem interna social. O getulismo, portanto, recebia pressão apenas quando recorria às massas e/ou a um nacionalismo extremo e agressivo em se tratando da era Vargas, os militares acreditavam na deposição presidencial como um mal necessário e transitório (FAUSTO, 2004).

A trágica morte de Getúlio, que veio a cometer suicídio aos 25 dias do mês de agosto de 1954, acabou com os planos da oposição e, embora com pressões contrárias, novas eleições foram realizadas e vencidas por Juscelino Kubitschek. (CALDEIRA, 1997)

Esse consegue, em comparação com seu antecessor, um governo com relativa estabilidade política, com índices de crescimento econômico elevado. Os militares se acalmaram, os que corroboravam para o golpe, tinham apostado alto na renúncia de Vargas e na tentativa de impedir a posse de Juscelino, mas falharam.

A parte boa do governo era conhecida por todos, dentre os feitos mais conhecidos o avanço industrial e o ritmo elevado de crescimento da economia, todavia seus aspectos negativos estavam a espreita prontos à emergir no governo de seu sucessor, uma vez que, todo o investimento visto em obras significava gastos. O país não possuía dinheiro em caixa para mantê-los, tomando assim empréstimos no exterior. Mesmo assim todo o otimismo criado neste governo não foi suficiente para eleger um sucessor, e Jânio Quadros vence as eleições presidenciais apoiado pela UDN (CALDEIRA, 1997).



**ANAIS DA JINTEG- JORNADA INTEGRADA DO CURSO DE DIREITO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO-FAG
DE 15 A 19 DE AGOSTO DE 2016
CASCAVEL - PR - BRASIL**

2.2. O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS

Após sua posse Jânio Quadros estava diante de algo muito diferente do que se esperava pelas previsões otimistas, haviam muitas contas a serem pagas e não havia de onde tirar o dinheiro, sua solução foi gastar o que tinha para pagar antigos débitos ao invés fazer novos investimentos. Tentou primeiro resolver as demandas mais urgentes: renegociando dívidas externas, desvalorizou a moeda e acabou com certos subsídios. Certamente uma política impopular mas necessária. As óbvias consequências foram a elevação do preço dos produtos básicos, do combustível e o encarecimento das importações (CALDEIRA, 1997).

Jânio sob grande pressão opta pela renúncia, na visão de Fausto (2004) esta não foi clara, e o próprio presidente se negou a esclarecer a situação, dentre as hipóteses, destaca-se a qual afirma que Jânio esperava obter uma “tentativa de renúncia” ou seja tinha em mente que haveria uma comoção social pela sua volta, conseguindo assim empossar-se de maiores poderes para governar. Ao renunciar em 1959, dirigiu-se rapidamente ao aeroporto de Cumbica, em São Paulo, onde se encontravam os governadores de São Paulo e Minas Gerais, afim de pedirem a reconsideração do gesto, todavia, não houve nenhuma outra manifestação significativa pelo retorno do presidente (FAUSTO 2004).

2.3 O GOVERNO DE JANGO E O SUCESSO DO GOLPE

João Goulart deveria ser constitucionalmente o sucessor de Jânio, contudo os militares que se encontravam nos ministérios, indicados por Jânio, constituíram força contrária à posse de Jango, este por sua vez não se encontrava no Brasil durante a renúncia presidencial. Foi criada porém uma grave crise acometida pela reação contrária de dois governadores. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, aumentou o clima de confusão, valendo-se de meios ilegais para apreender jornais, censurar, mandar prender e espancar os defensores do governo Jango. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em contra partida, instituiu defesa favorável a legalidade, com cadeias de jornais e manifestos afim de apoiar a posse do vice-presidente, mobilizando civis por todo o país (CALDEIRA, 1997).

Agora o congresso detinha o papel fundamental de, a partir de sucessivas sessões chegar a uma solução para o conflito e, em meio a manobras, desdobrou-se uma forma de transferir o poder do campo conservador ao seu oposto mantendo a legalidade dos atos; uma emenda constitucional instituindo um governo parlamentarista, assim limitando os poderes presidenciais. Reunido noite e dia o congresso votou, na câmara e no senado, e publicou a emenda. Há agora uma base para a solução do conflito, muito embora, esta base seja precária uma vez que não se pode saber o resultado de um governo com o futuro presidente de um lado e os militares do outro; Após dias de certa relutância em ambos os lados



**ANAIS DA JINTEG- JORNADA INTEGRADA DO CURSO DE DIREITO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO-FAG
DE 15 A 19 DE AGOSTO DE 2016
CASCAVEL - PR - BRASIL**

ouve a posse em 7 de setembro de 1961. Cumprida a função do acordo, nos primeiros dias de 1962 um plebiscito determinava a volta ao presidencialismo (CALDEIRA, 1997).

No ponto de vista de Fausto (2004) ouve, durante o governo de Jango, grande desenvolvimento de movimentos sociais e o surgimento de novas figuras de importância: os setores rurais que haviam sido esquecidos começaram e se mobilizar, estes grupos procuravam centralizar-se na capital ou em importantes centros urbanos, sabendo que nas metrópoles encontrar-se-ia apoio dos grupos aliados como por exemplo, os estudantes, que também passaram a ter notória relevância no meio político; a igreja católica foi também um dos grupos de mudança neste sentido. Ao lado de tudo isso, as reformas de base pretendiam uma intervenção mais ampla na economia por parte do Estado. Isso, porém, insidia em grande desconforto para as classes dominantes em geral e logo estes fizeram frente de oposição.

A oposição conservadora encontrou-se muito bem apoiada neste período, dando-lhes força para mais uma vez tentar a intervenção militar e, pela força, impor seus objetivos. Em 31 de março de 1964 o General Mourão filho levantou marcha rumo ao Rio de Janeiro, as tentativas do presidente de reunir forças para resistir demonstraram-se parcas. Brizola tentou mobilizar as tropas gaúchas para repetir a façanha de 1961, sem sucesso. Pela primeira vez na história deste país os militares assumem o poder com ânimo de permanência, instaurando sua ditadura autoritária.

Afirma Maria José de Rezende (2013) que a nova camada que passa a dirigir o país justifica seus atos para seus próprios interesses sem prestar contas ao povo e sem se responsabilizar por eles, de forma a tomar decisões arbitrárias. Todavia, o primeiro ato Institucional e os demais não se pareciam com a realidade, deslocou-se dos governantes notável preocupação com as aparências, visando criar na sociedade a ideia de que o movimento em 64 legitimava-se por expressar em todos os sentidos a vontade e os interesses populares, ou seja, a busca por legitimação se centrava na construção de um modelo de democracia que insistia em uma pretensa legalidade. Isto é visível durante todo o governo militar e por todos os presidentes que nele exerceram o poder, e não apenas nos primeiros anos, em uma contínua tentativa de junção do autoritarismo com a legitimidade

A autora continua:

A pretensão de legitimidade não significava, portanto, uma forma de estabelecer limites ao poder ditatorial, uma vez que tais limites somente podem ser fixados com base na capacidade operacional das diversas forças sociais. E isto o regime lutava para cortar na raiz, instituindo sempre que esta devia ser substituída pela não contestação, pela harmonia, pela integração dentre outras (REZENDE, 2013, p.34).

Segundo ela, ainda, é possível dizer que a busca de legitimidade por parte do regime militar se caracteriza como uma forma de encontrar meios de conseguir a obediência e aprovação para suas ríspidas formas de atuação.



**ANAIS DA JINTEG- JORNADA INTEGRADA DO CURSO DE DIREITO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO-FAG
DE 15 A 19 DE AGOSTO DE 2016
CASCAVEL - PR - BRASIL**

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados observa-se que o objetivo da tomada do poder pelos militares vai muito além de salvar o país de uma ameaça comunista. Vários interesses dos grandes detentores de poder se encontraram em choque com as ações do presidente, e foi este o fato determinante do sucesso de 64. Percebe-se que a oposição política almejada o poder e viu então a oportunidade de alcançá-lo, não por vias democráticas, mas a qualquer preço, mesmo que tão alto a ponto de rechaçar toda a democracia de um país.

Não foi possível neste sucinto trabalho chegar a uma resposta totalmente concreta quanto a ilegitimidade do governo militar, porém, espera-se que a partir dele estimulem-se novos estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**. Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964 – 1984. Londrina: Eduel, 2013.